

### III

## Dilemas e falsos dilemas no Serviço Social

*Prática social: a ultrapassagem do fatalismo  
e do messianismo na prática profissional\**

A compreensão da prática social predominante no meio profissional oscila entre o fatalismo e o messianismo. Aparentemente opostas e excludentes, tais interpretações encontram-se estreitamente articuladas, expressando, de um lado, o reconhecimento da existência de conflitos e tensões sociais; e, de outro, a impossibilidade de enfrentá-los com os próprios meios oferecidos pelo desenvolvimento histórico.

No fatalismo e no messianismo, a prática social aparece travestida de concepções naturalistas e idealistas da vida social, presentes na trajetória do debate intelectual do pensamento social na modernidade.

---

\* Pronunciamento efetuado no painel sobre o tema "Prática Social", promovido pela Escola de Serviço Social da UFRJ, em 30 de abril de 1987.

A superação do fatalismo e do messianismo na análise da prática social — com suas derivações no exercício profissional — implica o desvendamento da própria sociedade que gesta essas concepções e sua crítica teórica radical, historicamente constituída. Em outros termos, supõe recuperar a tradição intelectual instaurada por Marx na análise da sociedade capitalista. Mostrar a atualidade, por um lado do método e do arsenal de categorias que permitiram expressar, no nível do pensamento, as condições de existência real dessa sociedade. Por outro lado, recuperar a dimensão prática, como “prática-crítica” com explícito caráter de classe.

Essas são condições para se apreender a prática profissional como parte e expressão da prática social, determinada pela divisão social do trabalho.

## 1. O Serviço Social e a concepção vulgar da prática social

O Serviço Social se institucionaliza como profissão na sociedade brasileira, com o impulso decisivo da Igreja, como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo capital, justificado ideologicamente pela doutrina social da Igreja, para atuar perante a “questão social”. Nos anos 30, reconhecidas as tensões de classe que acompanham o processo de consolidação do mercado capitalista de trabalho, tenta-se institucionalizar um tipo de ação social que, no âmbito das relações Estado/sociedade, tenha como alvo a situação social do operariado urbano e do exército industrial de reserva, no sentido de atenuar as sequelas materiais e morais derivadas do trabalho assalariado.

O Serviço Social é parte de uma estratégia mais ampla do bloco dominante, no sentido de criar um tipo de socialização do operário adequada às condições da nova vida industrial, ao ritmo e disciplinarização do trabalho, que fortaleça, portanto, as bases de legitimidade para o exercício do poder de classe: a dominação político-ideológica, assim como a apropriação econômica. O significado social da profissão na divisão social e técnica do trabalho é assim essencialmente político, travestido, porém, de uma aparência de atividades dispersas, descon-



tínuas, de caráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento de "benefícios" sociais. Tal aparência formal, que não revela de imediato seu real significado, é fortalecida pelo discurso de tons humanista-cristão que o Serviço Social incorpora em sua gênese histórica e que, mais tarde, se seculariza e moderniza nos quadros do pensamento conservador europeu e das ciências humanas e sociais, sobretudo em sua vertente empiricista norte-americana. A essas fontes de inspiração intelectual alia-se, na década de 70, o estruturalismo haurido em Althusser e o marxismo vulgar, que vêm temperar uma análise positivista e empirista, acobertada por uma fraseologia marxista. Sem desmerecer as exceções, esta tem sido a tendência predominante do debate profissional e que inspira a análise da prática social.

Essa trajetória vai derivar em um arsenal de mitos hoje presentes na compreensão da prática social e, mais especificamente, da prática profissional. Como componentes dessa "mitologia", poderíamos arrolar os seguintes elementos:

- a) a prática social reduzida a qualquer atividade, à *atividade em geral*;
- b) a concepção *utilitária* da prática social, traduzida profissionalmente na preocupação com a eficácia técnica, com o resultado imediato e visível, quantitativamente mensurável;
- c) a prática social apreendida na sua *imediatividade*, como um *dado*, que teria o poder miraculoso de revelar-se a si mesma, como coisa "natural". Essa naturalização da vida social e essa coisificação da prática — aparências necessárias e historicamente gestadas na própria sociedade capitalista — são apreendidas unilateralmente como se fossem reveladoras da concretude do real. Assim, as expressões da prática social passam a ser apreendidas em si mesmas de maneira autossuficiente, em um processo de parcialização progressiva da totalidade da vida social.

Tais características vão se desdobrar numa recusa da teoria que fuja a tais parâmetros e na crítica aos chamados "teóricos", tidos como distantes da imediatividade das expressões da prática profissional. Isso tem como contrapartida a ingênua canonização dos "práticos": ou seja, daqueles que, vivendo em contato físico direto com a vida cotidiana do povo, encontrar-se-iam em condições em si privilegiadas para

apreender, explicar e executar a prática profissional, porque mais diretamente envolvidos na vida social.

Vendo na necessária opacidade do real uma cristalinidade imaginária, esses profissionais tornam-se prisioneiros de suas próprias ilusões: a mistificação do real erigida em mistificação da consciência do próprio profissional, que se torna impotente para desvendar e imprimir direção à sua prática profissional, nas condições historicamente dadas da vida social. As suas intenções tornam-se, não raras vezes, subvertidas pelos resultados de suas ações.

Tais distorções na análise da prática social desdobram-se em dois comportamentos diante da prática profissional:

a) de um lado, o *fatalismo*, inspirado em análises que naturalizam a vida social, traduzido numa visão "perversa" da profissão. Como a ordem do capital é tida como natural e perene, apesar das desigualdades evidentes, o Serviço Social encontrar-se-ia atrelado às malhas de um poder tido como monolítico, nada lhe restando a fazer. No máximo, caberia a ele aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas que são atribuídas aos quadros profissionais pelos demandantes da profissão;

b) de outro lado, o *messianismo* utópico, que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento. O messianismo traduz-se numa visão "heroica", ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social.

Fatalismo e messianismo: ambos prisioneiros de uma análise da prática social que não dá conta da *historicidade do ser social gestado na sociedade capitalista*.

## 2. A crítica teórica radical – a concepção da prática social em Marx

É preciso apontar aqui alguns elementos fundamentais na construção dessa noção em Marx.



A prática social é essencialmente histórica: "é a prática da sociedade baseada na indústria, que permite tomar consciência da prática humana em geral".<sup>1</sup>

Marx reconhece uma só ciência: a da *história*, que engloba tanto a natureza como o mundo dos homens. *Historicidade* aqui é compreendido pleno da palavra, por ele mesmo em sua atividade prática.

A produção do homem se dá através do seu *trabalho*, a partir da natureza e das *necessidades*. Numa relação conflituosa com a natureza — de unidade e de luta —, pelo *trabalho* ele modifica a natureza que o circunda e apropria-se de seu próprio ser natural, em relação com outros homens. *Produz-se como ser social*, ao produzir os instrumentos de trabalho, as relações sociais, ao *criar* necessidades: objetiva-se nas suas obras e produtos.

O *fundamento* da prática social é, pois, o *trabalho social*; atividade criadora, produtiva por excelência, condição da existência do homem e das formas de sociedade, mediatizando o intercâmbio entre o homem e a natureza, através do qual o homem realiza seus próprios fins.

Na sociedade capitalista, porém, à medida que o homem *objetiva-se através do trabalho*, exteriorizando suas forças genéricas em relação a outros homens, ele não só se *cria* como se *perde*, *aliena-se*: o conteúdo de seu trabalho adquire *formas* — a forma mercantil, desdobrando-se na mercadoria e nas relações contratuais — que fazem com que o produto se autonomize como coisa, que domina o próprio produtor. Dissimula as relações sociais reais presentes na produção. É o *fetichismo da forma mercantil* que adquire a *fixidez de formas naturais, de coisa*, obscurecendo as relações sociais, mistificando a vida social na sociedade do capital.

Assim sendo, a *prática social não se revela na sua imediatez*. O ser social se expressa através de *mediações*, que relacionam forma e essência, tornando-se necessário desvendar as próprias *formas fenomênicas*, como formas de expressão *necessárias*, gestadas na própria sociedade capitalista, para se apreender o núcleo da prática social.<sup>2</sup>

1. H. Lefèbvre. *Sociologia de Marx*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979, p. 25.

2. G. Lukács. *História e consciência de classe*. Porto: Publ. Escorpião, 1974.

\* Deriva daí a exigência metodológica de apreender a formação econômico-social (capitalista) na sua totalidade concreta — enquanto reprodução, no pensamento, da realidade apreendida em suas múltiplas determinações, como unidade na diversidade.<sup>3</sup> Apreender como totalidade a sociedade capitalista em seu inerente antagonismo entre forças produtivas e relações de produção.

Importa ter presente que, na concepção de Marx, as relações sociais constituem o núcleo da totalidade social: sua estrutura, intermediando as forças produtivas, a divisão do trabalho e as “superestruturas”: instituições e ideologias. Núcleo da totalidade no presente e no vir-a-ser, que abre possibilidades para a reconstituição do indivíduo sob novas bases: a constituição do que Marx denomina a “individualidade social”, libertando a objetivação do ser social das travas da alienação.

Essa possibilidade histórica não é dada idealmente. Encontra-se inscrita nos próprios antagonismos da sociedade de classes — na luta de classes — e no antagonismo entre forças produtivas e relações de produção. O proletariado surge, pela posição que ocupa no processo de produção, como a classe social que, ao libertar-se, liberta a humanidade.

Assim, a concepção de prática social é revolucionária, isto é, dispõe de um nítido caráter de classe, apresentando-se como “prática-crítica” — a práxis revolucionária como unidade de transformação do homem e das circunstâncias.<sup>4</sup>

Finalmente, cabe mencionar a relação da prática com a teoria. Aquela se apresenta como fundamento do conhecimento, critério de verdade, e finalidade do conhecimento.<sup>5</sup> Ao discutir a relação da prática com a teoria, não se pode derivar uma leitura empirista do debate de Marx com Feuerbach. Se o critério de verdade está na prática, só é descoberto numa relação teórica com a prática mesma, como o sus-

---

3. K. Marx. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. 11. ed. México: Siglo XXI, 1980, esp. Introdução.

4. K. Marx. “Teses sobre Feuerbach”. In: K. Marx e F. Engels. *Textos*, v. I. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

5. A. S. Vázquez. *A filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.



tenta a tese VIII: “Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que induzem a doutrina ao misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa prática”.

Definindo a conexão entre filosofia e ação, Marx sustenta que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo: cabe transformá-lo”. Essa tese aponta para a unidade indissolúvel entre teoria e prática, estando a teoria a serviço da transformação. Como sustenta Vázquez: “A teoria assim concebida se torna necessária como crítica teórica das teorias que justificam a transformação do mundo e como teoria das possibilidades da ação”.<sup>6</sup>

### 3. A ultrapassagem do fatalismo e do messianismo

Essa concepção da prática social sinteticamente apresentada se gesta no debate de Marx com a melhor herança intelectual do século XIX: o idealismo alemão, os socialistas franceses e a economia clássica inglesa, as “três fontes do marxismo”.<sup>7</sup>

Assim, a concepção da prática social em Marx representa a superação dessa herança: ruptura com continuidade. Constitui-se no embate radical contra o materialismo vulgar — ao sustentar Marx que nenhuma atividade humana pode ser compreendida à margem da subjetividade humana — e contra o idealismo — ao sustentar que o objeto não pode ser considerado mero produto da consciência. A superação dessas concepções está centrada na noção de prática social.

Portanto, ressuscitar o fatalismo e o messianismo na prática profissional é repor uma polarização entre a naturalização da vida social e a determinação da vida social pela consciência, já ultrapassada por Marx ao construir a noção de prática social carregada de historicidade.

6. A. S. Vázquez, op. cit., p. 163.

7. Cf. V. I. Lênin. “Las tres fuentes y las tres partes integrantes del marxismo”. In: *Obras escogidas* (12 tomos). Moscou, Progreso, 1976, v. V, p. 5-10.